

De Violência e de Violência Legítima¹

Carlos Walter Porto-Gonçalves²

Certa vez, ali pelos anos 1980, me vi na circunstância de estar na casa de Leonel Brizola, então governador do Rio de Janeiro. Minha missão era recolher um depoimento de apoio ao candidato do campo popular a governador do Acre, para uma coalisão que envolvia vários partidos de esquerda que incluía o PDT e o PT. Depois de uma longa espera numa grande sala de estar de frente para o mar na Avenida Atlântica, o governador nos atendeu. Deixa estar que em meio à espera várias vezes o governador, entre uma reunião e outra, fazia pequenas observações aos que esperavam seu momento. Uma dessas observações é daquelas que não nos fazem esquecer jamais. Brizola nos confessara que é difícil governar com o povo e, para isso, nos deu um exemplo bem prático que vale, no caso, bem mais que as pretensiosas reflexões políticas sobre o tema. Dizia o governador que no dia seguinte às eleições, a gente comum do povo, que muitas vezes vota com entusiasmo e esperança, não tem nenhuma mediação para fazer chegar sua vontade aos que elegeram. Disse, explicitamente, que a gente comum não tinha sequer telefone nem tampouco o número do gabinete daquele que elegera. Enquanto isso, na sala de espera desse gabinete, se aboletam assessores e advogados bem pagos pelas empresas e pelas oligarquias para ali passarem o dia inteiro esperando para fazerem valer os interesses daqueles que lhes pagam polpudos salários.

Em outro momento, já nos anos 2000, me vi numa reunião da ABA - Associação Brasileira de Agroecologia – para fazer uma avaliação crítica da situação política vivida pelos movimentos sociais diante do governo do então Presidente Lula da Silva. Segundo os organizadores da atividade, meu papel seria fazer uma avaliação do ponto de vista dos movimentos sociais enquanto o outro convidado, Silvio Porto, falaria a partir do governo, já que ele ocupara o cargo de Diretor da CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Logo depois da fala inicial de Silvio Porto sugeri que passássemos ao debate, depois de pequenas observações que fiz, haja vista que me senti plenamente contemplado pelo que dissera em sua avaliação do governo a partir da sua participação que recém se encerrava. Disse o ex-Diretor da CONAB que conseguira, com sua equipe, realizar aproximadamente 30% do que avaliara teria sido possível realizar. E a razão, além da inércia que acompanha o estado na sua burocracia que reproduz mais do mesmo, estaria na falta de pressão advinda dos movimentos populares que, assim, deixava os novos membros nomeados pelo novo governo num contexto em que prevaleciam os *lobbies* empresariais e oligárquicos. Não tinha como não deixar de ativar em minha memória a observação de Leonel Brizola, agora experimentada por um jovem ativista em missão de governo.

Várias análises de articulistas da Comissão Pastoral da Terra haviam registrado que no início do governo Lula houvera um aumento significativo das ocorrências de conflitos no campo (Gráfico 1).

Gráfico 1

¹ Esse artigo contou com a leitura atenta de dois intelectuais que respeito muito, Paulo Roberto Raposo Alentejano e Alexander Panez, a quem agradeço a generosidade da atenção. Dispensável dizer que eventuais equívocos no texto são de minha exclusiva responsabilidade.

² Professor Titular do Departamento de Geografia da UFF e de seu Programa de Pós-graduação.

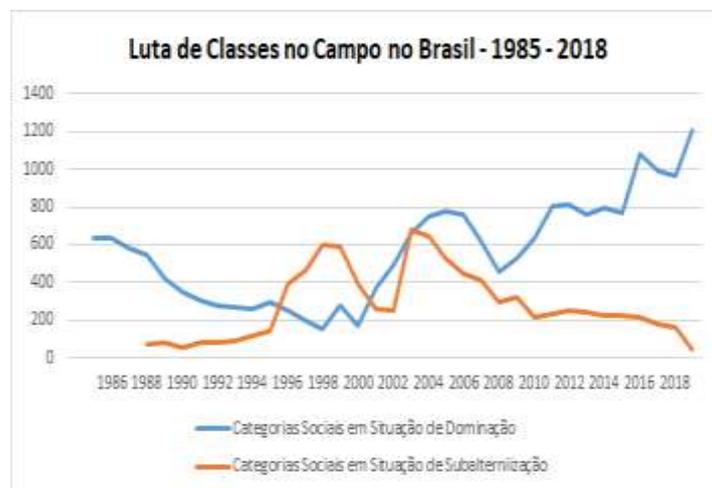


Fonte: Caderno de Conflitos no Campo 2019 (CPT). **Elaboração própria.** LEMTO-UFF, 2020.

E isso não exatamente pelas ações do governo, esclareça-se, mas pela guerra de posições e de movimento que então se estabeleceu entre as principais categorias sociais que se fazem presentes no campo brasileiro. Tanto as classes proprietárias (Fazendeiros, Empresários e Madeireiros, Mineradoras, p. e.) e pseudo-proprietárias (Grileiros), como as classes que lutam por um pedaço de terra (Sem-terra e Assentados) aumentaram suas iniciativas, o que fez disparar o número de ocorrências de conflitos naquele ano de 2003. O mais interessante é que praticamente essas ações se dividiam meio a meio, ou seja, metade das ocorrências de conflitos foi protagonizada, de um lado, pelas classes proprietárias e pseudo-proprietárias e a outra metade pelas classes que lutavam por um pedaço de terra com suas ocupações e acampamentos (Gráfico 2).

Gráfico 2

Protagonistas segundo sua Posição nas Relações Sociais e de Poder



Fonte: Caderno de Conflitos no Campo 2019 (CPT). **Elaboração própria.** LEMTO-UFF, 2020.

Entretanto, já em finais do governo Lula da Silva, por volta de 2008-09, os conflitos aumentaram enormemente sendo que esse aumento não se dera pela ação dos que lutam por um pedaço de terra, mas sim pelo aumento espetacular das ações de violência protagonizadas pelas classes proprietárias e pseudo-proprietárias com expulsões e despejos. A proporção entre as ações conflitivas entre essas categorias ganhará uma enorme disparidade com um aumento exponencial da violência protagonizada pelas classes proprietárias e pseudo-proprietárias, sobretudo após a ruptura política que ocorre a partir de 2015 que proporcionaria a eleição de um novo governo que se mostraria a expressão dessa violência

que já vinha se delineando³. Em 2019, praticamente todas as ocorrências de conflitos no campo brasileiro foram protagonizadas pelas classes proprietárias e pseudo-proprietárias, sendo as iniciativas dos grupos sociais que lutam por um pedaço de terra praticamente irrelevantes. E, de grande relevância, é se observar que entre as classes sociais em situação de subalternização/opressão/exploração cresce, depois de 2008-09 e de modo exponencial, não a participação daqueles que lutam para ter acesso a um pedaço de chão para viver, mas sim a participação daqueles grupos sociais que lutam para manter a posse real de uso das terras que historicamente já ocupam, na maioria dos casos os territórios que secularmente ocupam, quando não milenarmente, como é o caso dos povos indígenas (Gráficos 3 e 4). Desde aproximadamente o ano de 2010 que entre as classes sociais em situação de subalternização/opressão/exploração implicadas nas ocorrências de conflitos predominam, além dos indígenas, os posseiros, os quilombolas e uma ampla gama de populações tradicionais como seringueiros, mulheres quebradeiras de coco babaçu, apanhadores de flores, mangabeiras, retireiros, camponeses de fundo e fecho de pasto, faxinalenses e outras campesinidades (Vide Gráfico) e decresce a participação do sem-terra e assentados.

Gráfico 3

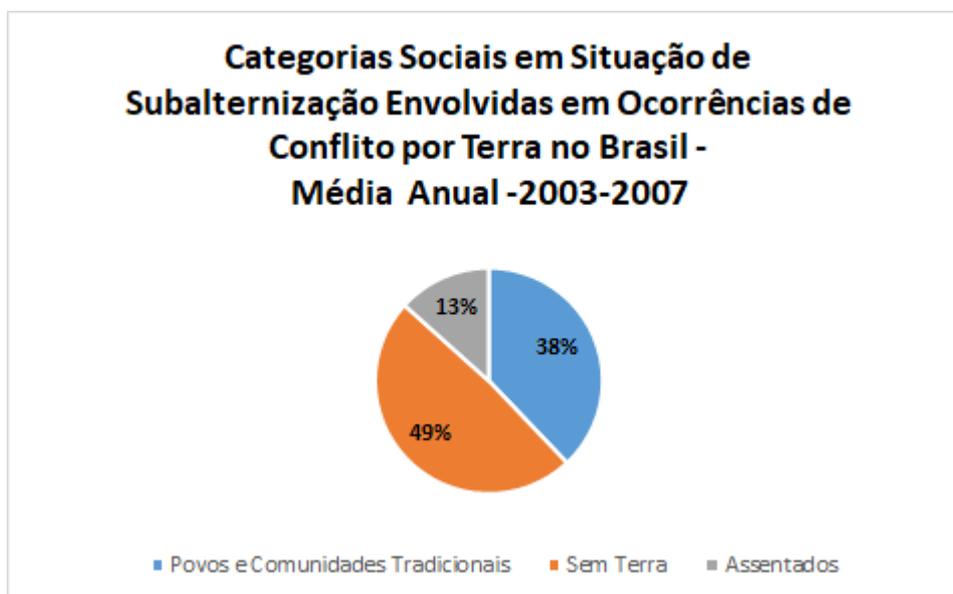
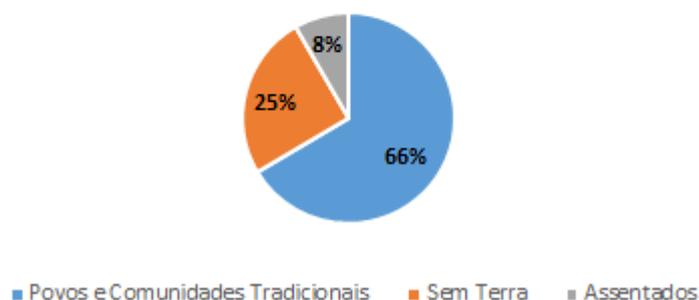


Gráfico 4

³ Por Categorias Sociais em Situação de Dominação entenda-se as ações protagonizadas pelas classes proprietárias e pseudo-proprietárias, tal como registradas pela CPT como ações de expulsão, assassinatos, despejos, desencadeadas por Fazendeiros, Empresários, Madeireiros, Mineradoras e Grileiros. Por Categorias Sociais em Situação de Subalternização entenda-se as ações protagonizadas pelas classes não-proprietárias em luta por um pedaço de terra, a partir dos registros pela CPT das ações de Ocupações e Retomadas de terras e Acampamentos geralmente protagonizadas por Sem-terra, Assentados e Comunidades Tradicionais.

Categorias Sociais em Situação de Subalternização Envolvidas em Ocorrências de Conflito por Terra no Brasil - Média Anual -2008-2019



Fonte: Caderno de Conflitos no Campo 2019 (CPT). Elaboração. LEMTO-UFF, 2020

Uma das razões para a predominância entre as grupos/classes sociais em situação de subalternização/opressão/exploração das chamadas comunidades tradicionais foi, sem dúvida, o aumento dos preços das *commodities* pela especulação do mercado de produtos agrícolas com a hegemonização do capital financeiro, por um lado, e pelo amplo apoio que os agronegociantes encontraram nos governos à direita e à esquerda, no chamado Consenso das *Commodities* como lhe batizara a socióloga argentina Maristela Svampa. No Brasil houve uma continuidade desses interesses entre os governos tucanos e petistas, o que valerá o epíteto de petucanismo criado pelo sociólogo Gilberto Vasconcellos da Universidade Federal de Juiz de Fora. Figuras tucanas como ex-Presidente do Banco de Boston, Henrique Meireles, como o ex-diretor da SADIA, Luiz Fernando Furlan e o ex-Presidente da ABAG, Roberto Rodrigues, ocuparam lugares de poder durante os sucessivos governos nos últimos 26 anos, desde o Plano Real que, aliás, criou as bases do rentismo que mantém até hoje a sociedade brasileira refém das classes proprietárias por meio do saque que se dá por meio do superávit primário.

Entre os que lutam junto aos grupos/classes sociais em situação de subalternização/opressão/exploração se dizia que nos governos petistas nos encontrávamos diante de uma disputa de dois projetos no interior de um mesmo governo e, tudo indica, que os esforços dos principais movimentos sociais organizados foram no sentido de defender o lado popular no governo. A diminuição espantosa das ações de ocupações de terras e de acampamentos que, entre 2003 e 2008, foram a mais importante tática de ação dos movimentos no campo e que despencaram até praticamente deixarem de existir entre 2015 e 2018 (Gráficos 2, 3 e 4), nos mostram (1) que o aumento da violência no campo tem se dado, sobretudo por iniciativa das classes proprietárias e pseudo-proprietárias e (2) que a tática de defender o governo sem mobilização social acabou por fortalecer as classes conservadoras que agiram por meio da intensificação da violência ao mesmo tempo que se prepararam para chegar ao governo explicitamente defendendo a violência e a morte.

Entretanto, entre as categorias sociais que lutam por terra e território várias foram as iniciativas que nos últimos anos buscaram mostrar outros caminhos, como a Teia dos Povos, as iniciativas de Protocolos de Consulta e, até mesmo, um grito de Já Basta foi ouvido em novembro de 2017 em Correntina, oeste da Bahia. Ali, entre 600 e 1000 pessoas tomaram a iniciativa de queimar os equipamentos de uma das mais modernas empresas de

agronegociantes (Fazenda Igarashi) que, com todo o respaldo legal, retirava água das comunidades rurais e urbanas da região. Cansadas de várias ações legais e iniciativas de ação direta que há décadas já haviam lançado mão, não viram outra forma de fazer valer seu legítimo direito à vida senão pela ação direta já que o governo da Bahia havia formalmente dado as outorgas de água e concedido licenças ambientais para o desmatamento, apesar do agravamento das condições de reprodução da vida que essas medidas provocaram⁴. Como disseram os *think tanks* dos agronegociantes à época do conflito em Correntina, tudo havia sido feito conforme a lei e a mais moderna tecnologia. E foi essa ilegitimidade, apesar de formalmente legal da ação governamental, que ensejou o Já Basta, como se a legalidade emprestasse legitimidade à necropolítica que estava em curso. Uma clara expressão de uma Digna Rabia, como se diz em bom espanhol.

Sabemos, pelo que melhor uma certa sociologia da ordem pode nos dar, como em Max Weber, que o estado deve ter a prerrogativa do monopólio da violência legítima. Mas, atenção: o monopólio da violência legítima é o reconhecimento que o estado ao deter essa prerrogativa torna legítima a violência, o que é o mesmo que dizer que o estado se funda por meio da violência que declara legítima. E aqui entra todo o *quid pro quo* da questão: o que torna legítima uma ação de violência? Os liberais dirão que é a lei e, devemos admitir, têm lá alguma razão para assim dizer. No entanto, é legítimo arguir que a legitimidade no exercício da violência, como toda ação que reivindique ser legítima, não pode ser reduzida ao fato da sua declaração ou sua constituição no sentido duplo que o conceito evoca. Afinal, a Constituição, normalmente escrita com C maiúsculo, não nos deve fazer olvidar que ela emana do seu processo constituinte. Afinal, não há instituição que não tenha sido forjada em processos sociais instituintes por determinados grupos/classes sociais que os instituíram no terreno movediço da história, em meio às lutas sociais, inclusive, as lutas de classes.

A violência é um fenômeno social que é parte da história dos povos e, portanto, não se trata de ser favor ou contra a violência. A violência, constata-se, existe. Toda a questão passa a ser que valores podem emprestar algum sentido para que se torne legítima. Nesse sentido, quem sabe a obra *O Apoio Mutuo*, do geógrafo russo Piotr Kropotkin (1842-1921), nos ajude, ele que combatera o dualismo que até aqui nos acompanha, seja com a leitura reducionista da obra de Charles Darwin da luta pela sobrevivência em que se afirma o mais forte e, assim, se legitima a violência do “todos contra todos” hobbesiano, como advogam os defensores dos regimes autoritários e Kropotkin, ao mesmo tempo, criticara a visão otimista do Contrato Social de J-J. Rousseau com sua ideia de uma bondade inata do homem, como reivindicam os que defendem uma democracia liberal que tendem a desqualificar *in limine* a violência, ignorando-a enquanto fenômeno social empiricamente verificável. Kropotkin, um darwinista assumido, se batia contra o que se convencionou chamar de darwinismo social como sinônimo da luta pela sobrevivência como a afirmação dos mais fortes. Numa obra com ampla comprovação empírica e consistente fundamentação teórica, Kropotkin nos mostra que tanto entre os animais em geral, como na história humana, a luta pela sobrevivência sempre conviveu com a ajuda mútua e afirmava que sem compreender essa dialética não se entende a evolução da vida, inclusive da história da humanidade. Recusava, assim, mais uma dicotomia como é típico da tradição de pensamento hegemônico no mundo ocidental e ocidentalizado.

Dado o momento histórico que vivemos, onde a violência toma conta da vida cotidiana e vem sendo legitimada por discursos e governos autoritários, não podemos deixar de usar o

⁴ Além de dar licença ambiental para plantio de monoculturas em terras públicas griladas.

melhor da nossa capacidade de reflexão para superar o tabu da violência, tal e como Machiavel o fez com relação ao poder e a política, Josué de Castro o fez para a fome e Sigmund Freud o fez para a sexualidade. A tradição do direito reconhece como legítima a violência que se comete em defesa da vida, no plano da vida individual. Haverá uma *Digna Rabia* quando se está diante da Necropolítica como fenômeno social?